

EDITORIAL

A proposta do **Dossiê Sociologia e História das Infâncias: interlocuções e debates sobre o campo** surge no interior do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Infância (<https://niphei.rio.br/>) grupo de pesquisa criado em 2007 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ao longo dos quinze anos de trajetória, a produção que trata sobre a história das infâncias e das juventudes no Brasil, disponibilizada através de monografias, dissertações, teses, publicações e eventos, acompanhou a consolidação de um campo de saberes que se constitui através de perspectivas interdisciplinares e atentas às diferentes conjunturas histórico-sociais de onde emerge o debate articulador entre a Sociologia e a História das Infâncias.

A produção deste Dossiê caminha na direção de uma análise crítica sobre a categoria social infância como parte de um processo de construção histórica que se expressa através das práticas culturais dos diversos grupos sociais que compõem a sociedade, e onde as especificidades e singularidades desta categoria social denotam um discurso comprometido com a ideia de pensar a criança como um sujeito histórico.

Como observam os estudos de Alvim e Valladares (1988) e Camara (2010), a Infância surge no Brasil como um problema social a partir do contexto histórico que coincide com as transformações ocorridas no final século XIX e se tornam alvo de vários setores da sociedade como a medicina, o direito, a política e a imprensa. Estes setores se articulam através de práticas institucionais voltadas para a normatização e a regulamentação dos segmentos mais pobres da população, em conformidade com a progressiva implantação de um modelo de sociedade urbana e industrial que encontra solo fértil na década de 1920, com a criação e efetivação do primeiro Código de Menores de 1927.

Não obstante os diferentes sentidos atribuídos à ideia de infância que caracterizaram os marcos regulatórios e as políticas públicas voltadas para a circunscrição deste campo ao longo do século XX, é com a Constituição Federal

Brasileira de 1988 que se observa a criança na condição de sujeito de direitos (QUINTEIRO, 2005).

A Convenção dos Direitos da Criança aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989 e a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 definem-se como fatores cruciais para a formulação de políticas públicas comprometidas com a perspectiva da proteção integral à criança. Entretanto, observa-se que entre o que determina a lei e as práticas sociais existem distorções e contradições que impedem o pleno processo de efetivação das políticas públicas criadas para atender às demandas que contemplam as infâncias no Brasil. A interface entre os saberes institucionais e o permanente diálogo com a sociedade civil é condição essencial para o pleno exercício da cidadania no âmbito da democracia.

A pandemia de Covid-19 vem causando impactos que, certamente, só poderão ser minimizados a longo prazo. No campo da educação estes impactos foram sentidos com enorme profundidade. A Organização das Nações Unidas pela Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) publicou em 2021 um Relatório da Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação informando que durante a pandemia um bilhão e meio de estudantes ficaram fora das escolas. Este documento, considerando as inúmeras dificuldades de acesso e inclusão por parte dos estudantes aos sistemas escolares, busca, como proposta, um novo contrato pela educação que visa reconstruir as relações interpessoais, as relações com o planeta e com a tecnologia (BOTO, 2022).

Neste sentido, destacamos a relevância do trabalho coletivo em todas as instâncias e fóruns de decisões e debates sobre as questões que envolvem as infâncias e suas relações com o mundo. A partilha das responsabilidades, assentada sobre a produção do conhecimento e a escuta atenta ao que a criança, na perspectiva que lhe constitui como sujeito, expressa em suas práticas culturais, pode contribuir para a construção de percursos mais próximos das possibilidades de transformações cotidianas e da criação de diálogos entre adultos e crianças e entre as diferentes infâncias que circulam nos espaços sociais.

A publicação do **Dossiê Sociologia e História das Infâncias: interlocuções e debates sobre o campo** soma-se ao conjunto de esforços comprometido com a divulgação científica dos temas que envolvem as infâncias no Brasil, em um momento histórico marcado pela pandemia de Covid-19 e suas consequências

avassaladoras em todo o mundo. Vivemos um período de recessão econômica, desemprego, crise sanitária, redução considerável de políticas públicas em todas as áreas, aprofundamento da crise social e das desigualdades sociais que se refletem nas inúmeras formas de acesso às instituições. Por isso, ampliar o campo de debates sobre temas desta relevância configura-se como ato político e de resistência social, em que buscamos, através do esforço coletivo, a ampliação e a divulgação dos resultados das pesquisas comprometidas com as transformações sociais e o diálogo com a sociedade.

Com essa orientação, convidamos os leitores e leitoras a conhecer os artigos que compõem o presente dossiê. Na abertura do número, apresenta-se o artigo **Suicídio de adolescentes indígenas em Mato Grosso do Sul**, de Michel de Sena, Graciele da Silva, Ady Faria da Silva e Paulo Roberto Bastos. Em diálogo com os campos da psicologia e da medicina social, os autores discorrem sobre um grave problema de saúde pública no Brasil, que trata do alto número de suicídios no meio dos povos originários brasileiros, principalmente entre os adolescentes. O texto traz um alerta sobre a ausência de políticas públicas de prevenção e acompanhamento da saúde e cuidados com os povos indígenas.

O segundo artigo, de autoria de Paloma Rezende de Oliveira, intitulado **O espaço do brincar na Educação Infantil e Ensino Fundamental: rupturas e continuidades**, questiona a presença do lúdico no processo de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Tal questão, bem discutida entre professores(as) e estudiosos(as) do ensino da Educação Infantil, é atualizada aqui mediante a investigação promovida pela autora na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações na busca por trabalhos que debatem a permanência ou a ruptura, bem como a importância do brincar nessa transição. Dialogando com importantes trabalhos das áreas da sociologia da Infância e da educação infantil, constatou-se que tal questão ainda enfrenta impedimentos no cotidiano escolar, e na própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que insiste na descontinuidade entre as ações e experiências enfatizadas na Educação Infantil e as áreas de conhecimento no Ensino Fundamental.

José Edimar de Souza e Elise Testolin de Abreu apresentam o artigo **Memórias em torno de uma instituição escolar: o Jardim da Infância do Grupo Escolar Henrique Emílio Meyer (1946-1956)**. Utilizando a metodologia da História Oral, por meio da realização de entrevistas com ex-alunas do Jardim de Infância, em

conjunto com fotografias, documentação oficial e jornais da cidade, a pesquisa evidencia as práticas de escolarização desenvolvidas nas primeiras décadas da instituição, em concordância com a presença atuante da Igreja Católica na educação dos habitantes da cidade e com os ideais de desenvolvimento nacional do Governo Vargas, pautados no culto aos símbolos, datas e heróis cívicos e no reconhecimento da família e da Pátria.

A difícil realidade vivida por crianças com mãe e/ou pai portadores de lepra, doença atualmente conhecida como hanseníase, é o tema trazido por Michele Vilhaça Lino e Lilian Angelica da Silva Souza no artigo **Sob o mito da proteção: história oral da infância nos preventórios brasileiros**. Em diálogo com os trabalhos teóricos de Michel Foucault e Erving Goffman, e com uma parte da historiografia brasileira debruçada sobre os mecanismos de controle da infância em instituições de recolhimento e internação (Rizzini e Rizzini, 2004; Marcílio, 1997), as autoras discutem a (não) assistência dada às crianças no interior dos preventórios brasileiros. No afastamento do convívio familiar, na segregação em relação as demais crianças, na exploração do trabalho infantil, na violência sexual e física, principalmente quando se tratava de meninas, consolida-se a gravidade da violação cometida contra a infância pobre no Brasil.

Refletir sobre a realidade dos meninos e meninas em situação de rua, quadro tão presente na história e na contemporaneidade dos espaços urbanos brasileiros, é o objetivo do artigo de Douglas Vasconcelos Barbosa, intitulado **Reflexões sobre a realidade da infância vivida pelas crianças em situação de rua na República Federativa do Brasil**. O autor interage com os novos estudos da infância (Corsaro, 2011; Qvortrup, 2010; Sarmiento, 2013, 2015, 2018; Arenhart, 2016) que partem da concepção da criança como sujeito de direitos e que, portanto, precisam de proteção e ser ouvidas por parte do meio familiar, social e do poder público. Em seguida, reitera que a sociedade teima em lhes estigmatizar como desviantes, negando-lhes direitos em meio às violências perpetradas cotidianamente. (Marchi, 1994; Barbosa, 2020)

Caroline Trapp de Queiroz e Fernanda de Azevedo Milanez apresentam o texto **Pesquisa e infância: em busca de uma ética compartilhada**, que nos instiga a refletir sobre questões de ética em pesquisas realizadas com crianças. Ao trazer reflexões sobre a ética da “expectativa pelo encontro”, “ética de pesquisa compartilhada”, “ética da voz” e a “ética do retorno”, as autoras, fundamentando sua

análise a partir da perspectiva do filósofo da linguagem russo Mikhail Bakhtin, chamam a atenção para o comprometimento esperado do(a) pesquisador(a) em relação às crianças enquanto interlocutoras principais da pesquisa e a alteridade na relação adultos-crianças, quase sempre tensionada nas atividades que envolvem as infâncias.

Por fim, agradecemos aos colegas e às colegas que nos enviaram textos e àqueles que realizaram os pareceres. Em especial, nosso muito obrigada a professora Alexandra Lima da Silva, que gentilmente nos concedeu uma entrevista que nos permite refletir sobre a produção atual na História da Educação e os diálogos possíveis com o ensino e extensão. Aos leitores e leitoras, investigadores(as) e interessados(as) nas temáticas das infâncias em nosso país, fica nosso convite à apreciação da presente publicação.

Marilene Antunes Sant´Anna e Monica Ferreira de Farias
Editoras Convidadas

Referências

ALVIM, Maria Rosilene B. e VALLADARES, Licia do P. Infância e Sociedade no Brasil: uma análise da literatura. **Boletim Bibliográfico e Informativo de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Anpos. n. 26, p. 3-43, 2º sem. de 1988.

BOTO, Carlota. A educação ao Redor do Mundo e um Mundo Novo a ser Construído. **Jornal da USP**. São Paulo. 28 de Março de 2022. Artigos. Disponível em <<https://jornal.usp.br/?p=503068>>.

CAMARA, Sônia. **Sob a guarda da República**: a infância menorizada no Rio de Janeiro da década de 1920. Rio de Janeiro: Ed. Quartet, 2010.

QUINTEIRO, Jucirema. Infância e Educação na Sociologia: questões emergentes. In: MAFRA, Leila de A. e TURA, Maria de Lourdes R. **Sociologia para Educadores 2**: o debate sociológico no século XX e as perspectivas atuais. Rio de Janeiro: Ed. Quartet, 2005.